UMA ANÁLISE FORMAL SOBRE OS PARADOXOS DA ANÁLISE

Luis Fernando Munaretti Rosa

Resumo: Neste artigo faço uma análise exaustiva de duas formas de paradoxo da análise e rejeito uma solução recente oferecida a este problema por Felicia Ackerman. Na primeira parte apresento as condições clássicas da relação da análise, que conduzem aos paradoxos mencionados. Na segunda parte, demonstro os dois paradoxos – o paradoxo do contexto intensional e o paradoxo do contexto não-intensional. Na terceira parte apresento possíveis soluções formais aos paradoxos. Por fim, analiso a solução de Felicia Ackerman, explico porque ela não funciona, e aponto uma possibilidade de resolução para os paradoxos.
Palavras-chave: paradoxo, semântica, análise, intensão/extensão

Abstract: In this paper I analyze two kinds of paradoxes of analysis, rejecting a recent solution offered by Felicia Ackerman. In the first part I present the classical conditions for the analysis relation, those which lead to a paradox. In the second part, I demonstrate both paradoxes – the intensional context paradox and the non-intensional context paradox. In the third part I present possible formal solutions to the paradoxes. Finally, I analyze Felicia Ackerman's solution, explaining why it does not work and pointing to a possible resolution of the paradoxes.
Key-words: paradox, semantics, analysis, intension/extension

1. A concepção clássica da análise conceitual

Antes de apresentar o paradoxo da análise propriamente dito, irei apresentar as condições que se supõe serem separadamente necessárias e conjuntamente suficientes para uma relação de análise conceitual[1]. Parece haver algum consenso quanto a estas condições, e o paradoxo investigado aqui somente surge quando se as assume.

De modo geral, define-se a análise como um processo que reduz algo a suas partes elementares. Filósofos analíticos em geral, ao analisarem um conceito, supõem estar mostrando uma estrutura complexa que contém o que há de fundamental e constituinte em relação à este conceito[2]. Diz-se de uma análise filosófica que ela mostra

[1] Alguns autores preferem falar em *propriedades* ao invés de conceitos. Este tipo de preferência em nada irá interferir na investigação presente, na medida em que estiverem fazendo referência a objetos intensionais, e não a expressões lingüísticas ou extensões de predicados quando usados em âmbito ordinário.

[2] Como podemos encontrar em Beaney (BEANEY 2009: p. 2), em relação à análise: "Perhaps, in its broadest sense, it might be defined as a process of isolating or working back to what is more fundamental by means of which something, initially taken as given, can be explained or reconstructed". E também em Strawson (STRAWSON 1992: p. 17), sobre o que é a análise: "...the resolution of something complex into elements and the exhibition of the ways in which the elements are related in the complex". Beaney, no entanto, reconhece que não está claro se existe um significado unívoco de 'análise', uma concordância quanto ao entendimento deste termo na filosofia, e mesmo naquela de orientação analítica.

as condições necessárias e suficientes para a aplicação ou exemplificação de um conceito. Porém, quando tornamos logicamente claras as propriedades da relação de análise, podemos perceber que alguns resultados indesejáveis são daí inferidos. Um destes resultados é o próprio paradoxo da análise, foco de meu interesse aqui. A fim de que se possa ver *como* e exatamente *de onde* (de qual condição) o paradoxo é inferido, é preciso responder: quais são as condições necessárias e suficientes para uma relação ser uma relação de análise?

Chamo aqui de 'condições clássicas' às condições que foram tidas como necessárias e suficientes para a relação da análise *antes* do surgimento do paradoxo e que, portanto, conduzem ao paradoxo. Estas condições clássicas podem receber distintas formulações[3]. O que importa é que aqueles que se ocuparam do paradoxo da análise concordam sobre quais são as condições que *conduzem* a este paradoxo. Irei formulá-las da seguinte forma (em que 'AC' está por 'análise clássica'):

(AC) O conceito *analysans* analisa o conceito *analysandum* sse:

1) *analysans* e *analysandum* são necessariamente coextensivos;
2) a relação em (a) é cognoscível *a priori*;
3) as expressões de *analysans* e *analysandum* são sinônimas;
4) o *analysans* (mais complexo) mostra como está constituído o *analysandum* (mais simples), sem circularidade

Explicarei brevemente estas condições. É preciso tornar claro o que cada uma delas significa, e porque elas conduzem a um paradoxo ao serem sustentadas conjuntamente.

A cláusula (a) é a cláusula da coextensionalidade necessária. Ela diz que, necessariamente, o *analysans* se aplica a todos os objetos a que o *analysandum* se aplica, e vice-versa. Ou se preferirmos: necessariamente, tudo o que exemplifica o *analysans*, exemplifica o *analysandum*, e vice-versa. É o *bicondicional* que está na forma lógica da análise – simbolizado pela expressão 'se e somente se', e pela expressão '≡' em notação lógica. De um ponto de vista estritamente extensional, a proposição em que ocorre o bicondicional é uma *função* de verdade das proposições à esquerda e direita deste sinal: se elas forem ambas verdadeiras *ou* ambas falsas, o bicondicional será verdadeiro; se uma delas for falsa e a outra verdadeira, ou vice-versa,

[3] Ver p. ex. (CHISHOLM; POTTER 1983: p. 100-101), (MOORE 1942: p. 663) e (ACKERMAN 2010: p. 576).

o bicondicional será falso. Assim, a forma lógica da cláusula (a) de (AC) é:

(a) □(x) (*x* é P ≡ *x* é Q&R)

onde ‘P’ é a expressão do *analysandum* e ‘Q&R’ a expressão do *analysans* (adotarei isso de modo uniforme de agora em diante). O sinal ‘□’ está pela necessidade referida na cláusula (a).

A cláusula (b) é a cláusula do cognoscibilidade *a priori*. Na maioria das vezes, a definição de conhecimento *a priori* presente nos textos dos autores que se ocupam do paradoxo é aquela negativa e mais geral: conhecimento *a priori* é aquele gerado independentemente da experiência. Ou seja, conhecimento *a priori* é aquela crença, com justificação suficiente para conhecimento, que não está relacionada epistemicamente a alguma evidência empírica.

Bem, que proposição exatamente deve ser cognoscível *a priori* para uma relação ser uma relação de análise? É precisamente a proposição do tipo (a), em que há a relação bicondicional de coextensionalidade[4]. A cláusula (b) exige que baste tão somente a compreensão do significado dos predicados ‘P’ e ‘Q&R’ para sabermos que se mantém a relação bicondicional entre eles. Que baste somente a compreensão para sabermos que (a) é o caso, quer dizer que há um tipo de justificação *a priori* suficiente para o conhecimento de (a). Tendo-se isso explicado, a forma lógica da cláusula (b) de (AC) é (em que 'S' é variável para agente cognitivo, e 'K*' está pela relação de conhecimento *a priori*):

(b) (S) ◊K*S(a)

Ou seja, para todo o sujeito S, a proposição (a) é cognoscível *a* priori. Se em (b) não houvesse a modalidade da possibilidade, expressa pelo sinal ‘◊’, esta proposição estaria fazendo a afirmação de que, para todo S, S sabe (atualmente) *a priori* que (a). Não é isto que visa expressar, porém, a cláusula (b) de (AC).

A cláusula (c) é a cláusula da sinonímia. Ela diz basicamente que as expressões do *analysandum* e do *analysans* significam a *mesma coisa*, ou seja, que há um mesmo objeto intensional para as duas expressões. A relação de sinonímia estabelece, portanto,

[4] Isto está exposto claramente em (ACKERMAN, 2010, p. 576)

uma equivalência intensional. No caso da equivalência *extensional*, presente em (a), temos que os conceitos relacionados denotam a mesma coisa ou classe, que eles têm necessariamente os mesmos objetos sob seu escopo. No caso da equivalência *intensional*, temos que os dois termos relacionados *expressam* a mesma coisa, a saber, um conceito ou uma proposição. Se 'P' e 'Q&R' são sinônimos, então há um mesmo objeto intensional sendo expresso por estes dois predicados. Usando o artifício formal de colchetes para simbolizar objetos intensionais, portanto, a formalização da cláusula (c) de (AC) fica:

(c) [P] = [Q&R]

A cláusula (d) contém em verdade duas exigências, mas que podem sem problemas ser colocadas conjuntamente. Aqui, exige-se que a análise não seja circular, ou seja, que o *analysandum* não reapareça, em sua forma simples, no *analysans*. Algumas vezes esta condição é colocada ao se dizer que a análise precisa ser *informativa*, e isso quer dizer: que ela precisa não simplesmente identificar duas coisas obviamente idênticas, como [P] e [P], mas identificar duas coisas tal que isso explique a primeira delas, que mostre como ela está constituída. Além disso, o *analysans* precisa ser 'mais complexo' justamente por mostrar as partes que, em conjunção, compõem o *analysandum*, que deve ser 'mais simples'. A condição da informatividade é o foco principal aqui, e ela envolve a questão da complexidade do *analysans* em relação ao *analysandum* justamente porque, em análises informativas, o primeiro mostra a constituição lógica do segundo, por conjunção, algo que antes da análise poderia não estar evidente. Assim, a formalização da cláusula (d) fica:

(d) [Q&R] mostra como [P] está constituído

Bem, agora que as condições de (AC) já estão formalizadas, posso apresentar uma análise formal da relação de análise, conforme as condições tidas como necessárias e suficientes antes da conclusão paradoxal. Assim, a formalização de (AC) é a seguinte:

(AC) O conceito Q&R analisa o conceito P sse:

(a) $\Box(x)$ (x é P $\equiv$ x é Q&R)

(b) (x) ◊K*S(a)

(c) [P] = [Q&R]

(d) [Q&R] mostra como [P] está constituído

É esta a análise que é usada para a demonstração do paradoxo, e o paradoxo vem a mostrar que, se eu assumir (a), (b), (c) e (d), chegarei a uma contradição. É nisto que consiste precisamente o paradoxo da análise.

2. O paradoxo da análise

Há pelo menos duas formas de paradoxo da análise5. O primeiro paradoxo surge com as observações de que, se as expressões do *analysans* e do *analysandum* têm o mesmo significado (se os dois são o mesmo conceito), a análise apenas expressa uma identidade trivial; porém, em não havendo esta igualdade de significado nas duas expressões, a análise simplesmente não é correta. Quem colocou o paradoxo exposto desta forma primeiramente foi Langford (1942), em um texto que fala sobre a noção de análise na filosofia de Moore[6]. Isso estaria indicando que uma análise não pode ser correta e informativa ao mesmo tempo. O segundo paradoxo surge com a observação de que a propriedade descrita acima, a identidade entre conceitos na relação de análise, acarreta valores de verdade paradoxais no contexto '... é uma análise correta de...'.

O paradoxo da análise, em sua primeira forma, surge do seguinte modo. Assuma-se que a seguinte proposição seja verdadeira, e que ela esteja expressando uma análise do conceito P:

(i) *x* é P sse *x* é Q&R

Poderíamos exemplificar esta proposição com '*x* é humano sse *x* é um animal racional', ou '*x* é irmão sse *x* é co-descendente masculino', etc. Bem, se esta análise está correta, então 'P' e 'Q&R' expressam o mesmo conceito, ou seja, o conceito P e o conceito

[5] Ver (AKERMAN 2010).

[6] "The paradox of analysis is to the effect that, if the verbal expression representing the analysandum has the same meaning as the verbal expression representing the analysans, the analysis states a bare identity and is trivial; but if the two verbal expressions do not have the same meaning, the analysis is incorrect" (LANGFORD 1942: P. 323)

Q&R são o mesmo. Logo, aqueles termos são intercambiáveis *salva significatione*, ou seja, duas sentenças com estas expressões trocadas devem expressar a mesma proposição. Portanto, a proposição expressa em (i) deve ser a mesma que a expressa em:

(ii) *x* é P sse *x* é P

Tanto (i) quanto (ii) são verdadeiras. Porém, (i) é uma proposição informativa, enquanto (ii) não o é. Como pode ser o caso que (i) e (ii) expressam uma mesma proposição, e esta mesma proposição é informativa no primeiro caso, mas não no segundo?

O paradoxo em sua segunda forma surge do seguinte modo. Assuma-se que a seguinte proposição é verdadeira:

(i') a análise do conceito P é a de que ser P é ser Q&R

Poderíamos exemplificar esta proposição com: 'a análise do conceito de humano é a de que ser humano é ser um animal racional', ou 'a análise do conceito de irmão é a de que ser irmão é ser co-descendente masculino', etc. Se (i') é verdadeira então, novamente, os sinais 'P' e 'Q&R' expressam o mesmo conceito e são também intercambiáveis *salva veritate*, ou seja, duas sentenças com estas mesmas expressões trocadas devem manter o mesmo valor de verdade (com a costumeira possível exceção de alguns casos em contextos de atitude proposicional). Portanto, a seguinte proposição tem de ser verdadeira também:

(ii') a análise do conceito P é a de que ser P é ser P

Mas, não é o caso que (ii') é verdadeira: o conceito P *não* analisa o conceito P, de acordo com a condição (d) da análise (o conceito de irmão não analisa o conceito de irmão; o conceito de conhecimento não analisa o conceito de conhecimento). Ou seja, (ii') é falsa. Como pode ser o caso que (i') e (ii') expressam a mesma proposição, e esta mesma proposição é verdadeira no primeiro caso, mas não no segundo?

Bem, estas são as duas formas do paradoxo da análise. Quem exatamente os dividiu, no sentido de sustentar que o primeiro é um paradoxo, e o segundo outro, foi Ackerman (ACKERMAN 2010). Esta autora procura por duas soluções distintas às

duas formas do paradoxo. Isso só pode ser feito supondo-se que os dois paradoxos são sobre coisas distintas – mas obviamente com algo em comum. Nesta parte, quero tentar mostrar qual a relação entre estas duas formas de paradoxo, e isto terá importância nas seções seguintes, em que farei uma análise das possíveis soluções ao paradoxo. Como espero sustentar, há uma só situação paradoxal com duas implicações contraditórias a ser resolvida aqui - de onde se espera uma só solução.

É preciso deixar evidentes quais são as premissas assumidas na demonstração destes paradoxos. Em ambos, as condições de (AC) são todas assumidas. Porém, fica evidente que duas destas condições são absolutamente centrais para a formulação do paradoxo, que são as condições (c) e (d), as cláusulas da sinonímia ou igualdade intensional e a da informatividade. Nos dois paradoxos infere-se de (i) que [P] = [Q&R], e que [Q&R] informa como [P] está constituído. Esta é a primeira tese assumida em ambos, a das condições da análise. A outra tese assumida no primeiro paradoxo que se mostra de grande importância é a seguinte (em que 'SSS' está por '*salva significatione* por sinonímia'):

(SSS) Se [P] = [Q&R], então as expressões de [P] e de [Q&R] são intercambiáveis *salva significatione*

Assim, se 'irmão' e 'co-descendente masculino' expressam o mesmo conceito, ou seja, se [irmão] = [co-descendente masculino], então as proposições em 'Mimi tem um irmão' e 'Mimi tem um co-descendente masculino' têm exatamente o mesmo significado: as duas sentenças expressam a mesma proposição.

Outra tese assumida para a formulação do primeiro paradoxo é uma tese clássica. É o famoso princípio da indiscernibilidade de idênticos (INI):

(INI) Se *a* = *b* então *a* e *b* têm exatamente as mesmas propriedades.

Isso posto, a demonstração do primeiro paradoxo fica da seguinte forma:

(1) se (i) então [P] = [Q&R]
(2) (SSS)
(3) (INI)

(4) (i)

(5) (i) é informativa

(6) (ii) é não-informativa

Portanto:

(7) [P] = [Q&R] (1, 4 *modus ponens*)

(8) (i) = (ii) (2, 7 *modus ponens*)

(9) (i) e (ii) têm as mesmas propriedades (3, 8, *modus ponens*)

(10) se (ii) é não-informativa, então (i) é não-informativa (9, *passagem de bicondicional para condicional*)

(11) (i) é não-informativa (6, 10, *modus ponens*)

(12) (i) é informativa e (i) é não-informativa (5, 11, *conjunção*)

A conclusão (12) é uma contradição. Agora passo para a demonstração do segundo paradoxo. No segundo paradoxo se assume igualmente as condições de (AC). Mas, além disso, assume-se que, se duas expressões são sinônimas (e, portanto, intercambiáveis *salva significatione*), então elas são intercambiáveis *salva veritate* em contextos intensionais (com possível exceção de contextos com atitude proposicional). A tese aqui é a seguinte (em que 'SVS' está por '*salva veritate* por sinonímia'):

(SVS) Se [P] = [Q&R], então '[P]' e '[Q&R]' são intercambiáveis *salva veritate* em contextos intensionais (com possíveis exceções em contextos de atitude proposicional).

A demonstração do segundo paradoxo fica da seguinte forma:

(1) se (i') então [P] = [Q&R]

(2) SVS

(3) (i')

(4) (ii') é falsa

Portanto:

(5) [P] = [Q&R] (1, 3, *modus ponens*)

(6) (i') e (ii') têm o mesmo valor de verdade (2, 5, *modus ponens*)

(7) se (ii') é falsa, então (i') é falsa (6, *passagem de bicondicional para condicional*)

(8) (i') é falsa (4, 7, *modus ponens*)

(9) (i’) é verdadeira e (i’) é falsa (3, 8, *conjunção*)

Note-se que os dois paradoxos poderiam ser gerados contando-se somente com o par (i’) e (ii’), pois de (i’) infere-se (i). Isso porque, uma vez que assumo as condições de (AC), de dois conceitos em relação de análise sempre vou inferir uma proposição do tipo (a). Há uma importante observação a ser feita aqui. O par de proposições usadas para a demonstração do primeiro paradoxo está na mesma forma da condição (a) de (AC) – a sentença (i) quando interpretada literalmente é uma afirmação de necessidade puramente extensional, pois apenas diz que todo o *x* que é P é também necessariamente Q&R, e vice-versa, e que todo *x* que não é P, também não é Q&R, e vice-versa. Mas convenciona-se, com o propósito de se falar no paradoxo, que esta sentença esteja expressando uma relação de análise correta. Mas se este é o caso, então na verdade a sentença (i) está dizendo que:

(A) o conceito Q&R analisa o conceito P

E, uma vez que a função relacional em ‘... analisa...’ implica as condições (a)-(d), a proposição em (i) afirma *mais* do que aquela simples relação extensional bicondicional necessária. Ainda, há algo não explicitamente mostrado em (A) quando esta proposição é usada para demonstrar o paradoxo da análise: que o conceito Q&R analisa *completa* e *corretamente* o conceito P. Esta suposição é essencial para que o paradoxo ocorra, caso contrário, as substituições entre termos não seria mais válida.

Além disso, podemos coerentemente sustentar que (i’) também está, por sua vez, expressando o que está expresso em (A). Dizer que a análise do conceito de P é a de que ser P é ser Q&R, é precisamente dizer que o conceito Q&R analisa completa e corretamente o conceito P. Note-se que o paradoxo aplica-se da mesma forma. Vou demonstrá-lo a partir de (A). Suponha que a seguinte proposição seja verdadeira:

(A) O conceito Q&R analisa o conceito P

Se este é o caso, então as duas expressões à esquerda e à direita da função de análise estão pelo mesmo conceito, uma vez que estou assumindo a cláusula (c) de (AC) – e aqui é preciso fazer notar que, isto se assume aqui, dizer que ‘o conceito Q&R’ e ‘o

conceito P' são o mesmo conceito é o mesmo que dizer que 'P' e 'Q&R' são sinônimos, ou que [P] = [Q&R]. Então, assumo (SVS), ou seja, que neste contexto intensional dois termos para o mesmo conceito são intercambiáveis *salva veritate*, o que me leva a sustentar que (A) expressa uma proposição com igual valor de verdade a:

(B) O conceito P analisa o conceito P

No entanto, (A) é verdadeira e (B) é falsa, e elas não poderiam diferir em valor de verdade conforme as premissas assumidas. Aqui já tenho o 'segundo paradoxo'. Agora, não preciso mudar de contexto para demonstrar o 'primeiro paradoxo'. Trabalho novamente com a assunção de que (A) é verdadeiro. Se (A) é verdadeiro, então dada a condição (a) de (AC), a seguinte proposição é verdadeira:

(i) *x* é P sse *x* é Q&R

E, posto que de (A) também infiro que [P] = [Q&R], então usando o princípio (SSS) é patente que (i) expressa a mesma proposição que a expressa em:

(ii) *x* é P sse *x* é P

No entanto, (i) é informativa, enquanto que (ii) não é. As duas demonstrações assumem as condições de (AC). Qual a(s) diferença(s) entre as duas situações paradoxais? Bem, isso é notável: que a conseqüência paradoxal do par (A)/(B) se dá em um contexto oblíquo, em que os termos predicativos referem a intensões, pois (A) diz de um conceito que ele analisa outro, enquanto que a conseqüência paradoxal do par (i)/(ii) se dá em um contexto não-oblíquo, em que os termos predicativos referem a classes e *expressam* os conceitos referidos no contexto de (A)/(B). É por isso que no caso do par (A)/(B) utiliza-se (SVS), e no caso do par (i)/(ii) usa-se (SSS). No contexto intensional (A)/(B), a substituição problemática é a suposta substituição *salva veritate* entre 'o conceito P' e 'o conceito Q&R', ou entre '[P]' e '[Q&R]', cuja substituição não mantém a verdade. No contexto (i)/(ii) a substituição problemática é a suposta substituição *salva significatione* entre 'P' e 'Q&R', cuja substituição não mantém a mesma proposição – ao menos não se considerarmos que diferença de propriedade significa não-igualdade

(INI). Assim, o conjunto axiomático para demonstrar os dois paradoxos é o seguinte: 1. (A) é verdadeiro; 2. condições de (AC); 3. (SSS); 4. (SVS); 5. (INI).

Chamarei ao 'primeiro paradoxo' de Ackerman (ACKERMAN 2010), o que se segue após o par (i)/(ii), de 'paradoxo do contexto não-intensional'. Ao 'segundo paradoxo' de Ackerman, o que se segue diretamente do par (A)/(B), chamarei de 'paradoxo do contexto intensional'. Suas siglas serão respectivamente 'PNI' e 'PI'. Não quero, porém, deixar de enfatizar que ambos começam com a assunção de que (A) é verdadeiro, e que ambos assumem as condições de (AC).

3. Tipos de solução ao paradoxo

Então, parece que um indicativo para solucionar o problema com PNI é o seguinte: abrir mão da condição (c). Desistindo de (c), afirmaríamos que uma análise não tem como condição necessária a igualdade dos conceitos em relação, o que simplesmente não permitiria o uso de (SSS) para substituir 'Q&R' por 'P' em (i) – uma vez que 'P' e 'Q&R' não estariam expressando o mesmo conceito. Assim, (i) estaria correta (mas não mais no sentido em que isso signifique igualdade intensional) e informativa. Chamarei esta solução de Negação da Identidade da Análise:

(NIA) A relação de análise não tem como condição necessária a identidade dos conceitos relacionados, ou seja, não é o caso que, se [Q&R] analisa [P], então [P] = [Q&R].

Esta parece ser uma solução simples, e de fato, é uma solução que aparece de pronto às primeiras reflexões sobre o paradoxo. No entanto, em não havendo esta relação de igualdade entre *analysans* e *analysandum*, é preciso que se explique que *outro* tipo de relação há entre estes conceitos, que explique por que é necessário que estes conceitos sejam coextensivos – e esta é a parte mais difícil para este tipo de solução. Há também outra possibilidade de tentar resolver PNI sem abrir mão de (c): abrir mão de (SSS) – pode ser o caso que [P] = [Q&R] sem que seja o caso que 'P' e 'Q&R' sejam intercambiáveis *salva significatione*. Este tipo de solução enfrentaria grandes problemas. Ela se opõe e um princípio amplamente aceito por muitos filósofos, lógicos e lingüistas, que diz de duas expressões sinônimas que elas mantém o

significado no contexto proposicional em que ocorrem ao serem trocadas. Assim, a despeito do fato de que [P] = [Q&R], dizer que *x* é P não é a mesma coisa que dizer que *x* é Q&R, o que para alguns pode soar como absurdo. Chamarei esta solução de Negação de (SSS):

~(SSS) Dois termos podem ser sinônimos sem que duas sentenças em que eles são trocados sejam sinônimas

Esta também é uma solução difícil: é preciso explicar como duas expressões expressam o mesmo conceito sem que duas sentenças em que ocorrem intercambiavelmente aquelas expressões estejam expressando a mesma proposição. Uma outra solução para PNI consiste em negar que a análise deva ser informativa – consiste, portanto, em negar a cláusula (d) de (AC). Chamarei esta solução de Negação de Informatividade da Análise:

(NINF) A relação de análise não tem como condição necessária a informatividade, ou seja, não é o caso que se [Q&R] analisa [P], então esta proposição, ou uma proposição como (a) por ela implicada, seja informativa

Neste caso, a análise perderia seu caráter explicativo, e todas as teses concernentes à necessidade de a análise mostrar coisas antes despercebidas, ou ao fato de a análise mostrar como está constituído um conceito, seriam negadas. A análise seria mera tautologia e não teria qualquer interesse epistêmico substancial. No entanto, parece claro que análises são informativas. Há conceitos para os quais até hoje buscamos uma análise, buscamos um estabelecimento correto de condições necessárias e suficientes para a sua aplicação, até então não encontrado. Isso quer dizer que, ao encontrarmos tal análise, isso será informativo, pois irá nos mostrar algo que não conseguimos perceber até agora, e isso terá tanto ou mais interesse epistêmico como qualquer outra proposição conhecida que julgamos ser informativa. Nem por isso a solução deve ser de pronto excluída. Somente precisamos de uma boa explicação de porque análises não são informativas. Esta solução parece ser tão radical quanto ~(SSS).

Mas há uma solução referente à propriedade da informatividade que não é tão radical como esta última. Trata-se de uma tentativa de relativizar a propriedade da

informatividade a agentes cognitivos. O primeiro passo aqui é o reconhecimento da informatividade como uma propriedade relacional, no sentido de que a proposição em questão é informativa sempre *para* um determinado agente cognitivo. Porém, a solução é vista para o PNI ao se afirmar que, para um agente cognitivo que sabe que [Q&R] analisa [P], a proposição expressa em (i) é tão não-informativa como a proposição expressa em (ii). Aqui, a informatividade não é uma propriedade objetivamente atribuída à proposição. Chamarei esta solução de Relativização da Informatividade:

(RINF) A informatividade de uma proposição é relativa ao conhecimento que um agente epistêmico tem acerca dos conceitos que ocorrem nesta proposição

Bem, e quanto ao PI, que tipo de solução pode ser oferecida a ele? Uma delas seria defender a tese de que, mesmo que [P] = [Q&R], ainda assim '[P]' e '[Q&R]' não são intercambiáveis *salva veritate* em contextos intensionais como '... analisa...'. Assim, nos faltaria razão para tentar realizar a substituição de (A) para (B). Esta solução baseia-se na negação do princípio (SVS):

~(SVS) Dois termos podem referir ao mesmo conceito sem que se mantenha o mesmo valor de verdade ao substituí-los em contextos intensionais como '... analisa...'

Esta não parece ser uma solução tão contra-intuitiva quanto parece ser a solução ~(SSS), dada ao paradoxo PNI. Isso porque já sabemos que há alguns contextos intensionais, os casos de atitudes proposicionais, para os quais não é possível realizar substituição *salva veritate* entre termos que referem à mesma coisa (no caso de PI os termos em questão referem a um mesmo conceito, que é um objeto intensional).

Porém, uma outra solução também se apresenta para PI: aquela mesma usada para impedir o surgimento de PNI, a que faz uso da tese (NIA). Ora, em uma análise não tendo como condição necessária a identidade entre os conceitos relacionados, por conseguinte também não há razões para tentar realizar substituição *salva veritate* entre as expressões destes conceitos no contexto de '... analisa...'. Novamente, é preciso uma explicação de que outro tipo de relação há entre *analysans* e *analysandum* que não seja a relação de identidade. É notável que esta seja uma solução para ambos, PI e PNI. A dificuldade aqui é a mesma para resolver as duas situações paradoxais. O fato de (NIA)

servir para solucionar as duas situações paradoxais, que provém daquele conjunto axiomático aplicado à proposição (A), é uma forte razão para interpretar esta solução como o tipo de solução correta. Afinal, teríamos um só tipo de solução para duas conseqüências indesejáveis, o que poderia vir a mostrar que estas conseqüências decorrem de um mesmo erro: a assunção da condição (c) de (AC). Não haveria dois erros, e sim um só. Isto parece favorecer a solução (NIA).

4. Falhas na solução de Felicia Ackerman

Felicia Ackerman foi talvez a pessoa que mais publicou artigos sobre o paradoxo da análise, e também a que mais recentemente se ocupou deste paradoxo. Com efeito, é de sua autoria o verbete 'paradoxes of analysis' no compêndio de epistemologia da Blackwell (ACKERMAN, 2010). Ackerman faz uma divisão entre o 'primeiro paradoxo' e o 'segundo paradoxo' da análise – os quais são aqui PNI e PI respectivamente. Ela distingue entre tipos de análise, relevantes ao problema, usando uma condição de individuação de sentido como critério para a distinção: alguns pares de expressões presentes em análises são intercambiáveis em contextos intensionais – outros não. Mas antes de analisar o seu critério de distinção entre dois tipos de análise, quero mostrar as duas soluções de Ackerman.

Começarei com a solução para o 'segundo paradoxo', o que chamo aqui de 'PI', seguindo a ordem do verbete de Ackerman no **Companion to Epistemology** (reference above). Ela trata deste paradoxo tendo como modelo o seguinte par de proposições:

(3) Uma análise do conceito de irmão é a de que ser um irmão é ser um co-descendente macho
(4) Uma análise do conceito de irmão é a de que ser um irmão é ser um irmão[7]

Onde (3) é verdadeira e (4) é falsa, e elas deveriam ambas ser verdadeiras uma vez que [irmão] = [co-descendente masculino]. A solução viria de uma interpretação de (3) do seguinte modo:

[7] No original: "(3) An analysis of the concept of being a brother is that to be a brother is to be a male sibling, (4) An analysis of the concept of being a brother is that to be a brother is to be a brother" (ACKERMAN 2010, p. 574).

(5) Uma análise é dada ao se dizer que a expressão verbal "x é um irmão" expressa o mesmo conceito que é expresso pela conjunção das expressões verbais "x é um macho" quando usada para expressar o conceito de ser um macho, e "x é um co-descendente" quando usada para expressar o conceito de ser um co-descendente[8]

Ackerman sustenta que esta solução está de acordo com a indicação de Moore de que talvez a análise tivesse de ser sobre ambos, o conceito e a sua expressão verbal. De fato, (5) especifica o significado de "irmão" por meio de outras duas expressões, combinadas daquela forma. Desse modo, o paradoxo PI não surgiria porque não está ocorrendo uma referência direta ao conceito relacionado na análise; o conceito está, na própria proposição, relacionado a uma determinada expressão verbal, e a expressão verbal do *analysandum* é distinta da expressão do *analysans*, que é composta e relacionada a outros dois conceitos. Sem substituição de *analysans* por *analysandum*, sem paradoxo. Ackerman observa que, em (5), o *analysans* tem dois constituintes separados associados as suas respectivas expressões. Mas, e isso parece passar despercebido por Ackerman, (5) implica que, quando 'é irmão' e 'é co-descendente masculino' ocorrem em contextos não intensionais, eles expressam o mesmo conceito, e que, portanto, '*x* é irmão sse *x* é co-descendente masculino' expressa a mesma proposição que '*x* é irmão sse *x* é irmão'. E aqui novamente temos o paradoxo PNI resultando da suposta solução ao paradoxo PI. De fato, a proposição (5) assere (c), mas de uma outra forma, e assim o problema continua: a condição (c) que é usada para a substituição entre termos na formulação do paradoxo não foi eliminada nem resignificada.

É ainda problemático que Ackerman sustente que dizer algo como - 'P' expressa o mesmo conceito que é expresso pela conjunção de 'Q' quando usada para expressar [Q] e de 'R' quando usada para expressar [R] -, é o mesmo que expressar uma análise. Trata-se apenas da expressão de uma relação de sinonímia entre uma expressão simples e uma expressão complexa. Pois, quando se usar 'Q&R' para expressar [Q&R], se estará expressando o mesmo conceito que é expresso por 'P', ou seja, [P]. Daí que qualquer sentença em que trocarmos 'P' por 'Q&R' e mantivermos o resto igual irá expressar a mesma proposição antes e depois da troca. Esta não é uma boa solução, pois ela dá

[8] No original: "(5) An analysis is given by saying that the verbal expression "x is a brother" expresses the same concept as is expressed by the conjunction of the verbal expressions "x is a male" when used to express the concept of being a male and "x is a sibling" when used to express the concept of being a sibling" (ACKERMAN, 2010, p. 574-575)

origem a PNI da mesma forma como a condição (c). Ackerman propõe a solução para um paradoxo da análise a custa de gerar outro. Sua solução ao paradoxo PI é falha. Vejamos então a solução ao 'primeiro paradoxo'.

A solução ao primeiro paradoxo está na negação de que *analysandum* e *analysans* sejam o mesmo conceito – trata-se de uma solução tipo (NIA). Ackerman argumenta que *analysans* e *analysandum* são distintos conceitos, cognoscíveis *a priori* como coextensivos e relacionados de uma forma epistêmica especial. Basicamente, a motivação que ela tem para negar a identidade entre os conceitos é a de que, em casos como o do par hipoteticamente correto [conhecimento] e [crença verdadeira justificada não essencialmente baseada em crenças falsas], o primeiro conceito é facilmente pensável, captável ou concebível, e está no pensamento de muitas pessoas, enquanto que captar ou pensar o segundo é mais difícil, e não são muitas pessoas que o têm no pensamento – talvez somente epistemólogos tenham este conceito complexo em mente. Assim, tomando-se o par de proposições para os quais se aplicaria o primeiro paradoxo (pelo fato de (1) ser informativa e (2) não):

(1) Ser um caso de conhecimento é ser um caso de crença verdadeira justificada não essencialmente baseada em crenças falsas
(2) Ser um caso de conhecimento é ser um caso de conhecimento

Posso assumir (1) como verdadeira e informativa, enquanto que (2) não é informativa, mas também não é a mesma proposição que (1), porque em (1) se expressam dois conceitos diferentes. Como razão para rejeitar os conceitos como idênticos, Ackerman oferece aquele fato acerca das atitudes proposicionais mais comuns envolvendo estes conceitos. Mas precisamos ainda, como eu havia mencionado a respeito do tipo de solução (NIA), de um substituto para a relação de identidade. Este substituto está, para Ackerman, numa relação epistêmica entre os conceitos em questão, a qual é indicada na maneira de justificar uma proposição de análise. Esta forma de justificação se dá pelo método da exemplificação e contra-exemplificação, onde imaginamos casos em que se aplica o *analysandum*, e perguntamos se nestes casos se aplica também o *analysans*, e vice-versa. São os famosos experimentos mentais. Se em algum destes experimentos eu concebo uma situação em que Q&R é o caso, mas P não é o caso, então [Q&R] não é o *analysans* de [P]: há algo de errado com ele, lhe falta alguma condição, etc. A condição

para a análise que Ackerman oferece aqui é a seguinte:

(e) Se [Q&R] é o *analysans* de [P], a proposição de que necessariamente todos e somente os casos de [Q&R] são casos de [P] pode ser justificada por meio de generalizações a partir de intuições sobre respostas corretas às questões indicadas, sobre uma variada e ampla série de situações hipotéticas descritas[9.]

As questões referidas na condição seriam aquelas do tipo: 'E nesta situação em que Q&R é o caso, ainda posso dizer que aqui P também é o caso?'. Nossas intuições quanto a atribuição dos conceitos que formam o *analysans* formariam então a análise completa do *analysandum*. Este método é efetivamente usado em filosofia. Nos casos de Gettier (GETTIER 2002), por exemplo, como em muitos outros casos presentes na epistemologia contemporânea, embora não saibamos exatamente qual é a análise correta do conceito de conhecimento, por meio de experimentos mentais nos deparamos com situações em que se aplica o *analysans* proposto para o conceito de conhecimento, e ainda assim não estamos dispostos a chamar aqueles casos de conhecimento. Obviamente, isso não acontece com relação a todos os conceitos. Não encontramos freqüentemente (se alguma vez) contra-exemplos à proposição de que [não casado] analisa [solteiro], e podemos nos esforçar para encontrar situações hipotéticas em que há um não casado, mas não há um solteiro, ou vice-versa. Mas nem todos os conceitos têm um *analysans* claro e evidente, como neste último caso.

Apesar desta importante indicação sobre a relação epistêmica entre *analysans* e *analysandum*, Ackerman utiliza em sua solução um critério de distinção para tipos de análise que é problemático. A tese é a de que há conceitos 'claros', isto é, aqueles que passam no teste de individuação do sentido – que podem ser trocados *salva veritate* com o seu *analysans* em contextos de atitudes proposicionais -, e há conceitos 'obscuros', isto é, aqueles que não passam neste teste de individuação do sentido; e a análise de conceitos 'claros' não é a mesma que a de conceitos 'obscuros': elas são de dois tipos distintos. Assim, para Ackerman, há pares *analysandum/analysans* que são intercambiáveis *salva* veritate em contextos de atitudes proposicionais, como o par

[9] No original: "(e) If S is the *analysans* of Q, the proposition that necessarily all and only instances of S are instances of Q can be justified by generalizing from intuitions about the correct answers to questions of the sort indicated about a varied and wide-ranging series of simple described hypothetical situations" (ACKERMAN, 2010, p. 577)

[irmão]/[co-descendente masculino], porque estes conceitos sempre são pensados juntamente, e quem sabe que isto é um irmão, sabe que isto é um co-descendente masculino, e vice-versa, quem crê que isto é um irmão, crê que isto é um co-descendente masculino, etc[10]. Mas há pares para os quais não é possível fazer substituição *salva veritate* em tais contextos, porque o *analysans* é mais raramente concebido junto com o *analysandum*, e apenas por um nicho específico de agentes cognitivos, de onde Ackerman interpreta que, em casos como este, o par *analysandum*/*analysans* não é composto por conceitos idênticos (ACKERMAN 1990: p. 537).

Ainda, uma das formas de atentar para esta diferença entre os dois tipos de análise seria justamente o de reconhecer para quais pares *analysandum*/*analysans* se aplica o primeiro paradoxo, e para quais outros pares se aplica o segundo paradoxo. O que está aqui em questão é que, no caso de pares conceituais que passam no teste de individuação de sentido, que são intercambiáveis naqueles contextos de atitudes proposicionais, não se aplica o primeiro paradoxo – o paradoxo PNI que diz respeito a uma mesma proposição ser informativa e não informativa -, enquanto o segundo paradoxo aplica-se a todos os tipos de pares conceituais, os que passam e os que não passam no teste de individuação. Ainda, a solução ao segundo paradoxo não pode ser a mesma dada ao primeiro, pois visa somente o contexto 'uma análise correta é dada por...', e a solução ao primeiro paradoxo não pode ser a mesma dada ao segundo. Por que a pares conceituais que passam no teste de individuação do sentido não se aplica o primeiro paradoxo? Por que, por exemplo, ao par [irmão]/[co-descendente masculino], não se aplica o paradoxo PNI? Veja-se como ficam (i) e (ii) para este par:

(i*) *x* é irmão sse *x* é co-descendente masculino
(ii*) *x* é irmão sse *x* é irmão

Ackerman está dizendo que, num caso como este, não surge o primeiro paradoxo – e isso só pode querer dizer: não surge o problema de uma mesma proposição ter e não ter a propriedade da informatividade. Isso justamente porque, uma vez que 'irmão' e 'co-descendente masculino' são intercambiáveis em contextos de atitudes proposicionais, a

[10] Ackerman utiliza este para como exemplo somente *for the sake of the argument*, mas não especifica quais pares *analysandum*/*analysans* entram neste conjunto de pares conceituais intercambiáveis em contextos de atitudes proposicionais.

proposição (i*) também não é informativa: a distinção entre tipos de análise que Ackerman faz, é precisamente uma distinção entre análises que não podem ser informativas para pessoas que já compreeendem o sentido das palavras relacionadas, e aquelas que podem (ACKERMAN 1990: p. 540).

Mas aqui parece haver uma relativização trivial da propriedade da informatividade. Suponhamos, por exemplo, que se popularize a análise do conceito de conhecimento, aquela em que temos como *analysans* o conceito de crença verdadeira justificada não essencialmente baseada em crenças falsas (ou formada por processo confiável, ou sem derrotador, etc., o que importa aqui é assumir, para o argumento, que esta análise está correta). Neste experimento mental, todos começaram a se interessar por epistemologia, e agora a substancial maioria dos agentes cognitivos quando pensa em [conhecimento] pensa em [crença verdadeira justificada não essencialmente baseada em crenças falsas]. Bem, então, deixou de se aplicar o primeiro paradoxo a este par *analysandum*/*analysans*? Mas para quantas pessoas deve ser intercambiável *salva veritate* o par de termos para dizermos que o primeiro paradoxo não mais se aplica? Qual o percentual total de domínio da análise do conceito de conhecimento tornaria uma proposição do tipo (i) tão trivial como a do tipo (ii)?

Façamos ainda outro experimento mental. Podemos assumir, como quer Ackerman, que no estado atual de coisas o par 'irmão'/'co-descendente masculino' é intercambiável *salva veritate* em contextos de atitudes proposicionais, e que (i*) é tão trivial como (ii*). Mas podemos trabalhar em uma hipótese em que um número significativo de agentes cognitivos não pensa no *analysans* de [irmão] – imaginemos que a maioria das pessoas pensa no conceito de irmão, atribui o conceito de irmão, sem pensar ou atribuir o conceito de co-descendente masculino (o que é bastante possível!). Diríamos aqui que o par [irmão]/[co-descendente masculino] deixou de passar no teste de individuação e passou a constituir um tipo distinto de análise? Talvez, o problema seja mais coerentemente concebido da seguinte forma: há um só tipo de análise conceitual, mas que pode ser uma relação entre conceitos mais simples ou conceitos mais complexos. Trata-se de uma mudança na complexidade do objeto da análise, o conceito, mas isso não deve acarretar uma mudança no tipo de análise ela mesma.

A solução ao segundo paradoxo de Ackerman é falha, pois a afirmação de que para pares de expressões intercambiávies *salva veritate* em contextos de atitude proposicional não se aplica o primeiro paradoxo, o paradoxo (PNI), é falsa. A tese de

Ackerman é a de que para casos em que os conceitos são idênticos, e portanto intercambiáveis *salva veritate* em contextos de atitude proposicional, não se aplica o primeiro paradoxo. E, portanto, ela procura resolver o primeiro paradoxo somente nos casos em que os conceitos da análise não são idênticos. O que quero mostrar é que, mesmo que eu tome um caso em que os conceitos são idênticos, de acordo com as assunções de Ackerman, ainda assim surge o paradoxo PNI. Note que para um agente cognitivo que capta o aspecto de [P] de que ele é idêntico a [Q&R], a proposição de que ser um P é ser um Q&R seria não informativa. No entanto, esta proposição seria informativa para aqueles agentes cognitivos que não captam aquele aspecto de [P]. Ou seja: no caso de um agente cognitivo que *não* sabe que [P] = [Q&R] (pelo argumento, junto com Ackerman, assumimos que [P] = [Q&R]), a proposição (i) é informativa, mas (ii) não o é, e elas ainda têm de ser a mesma proposição. O sujeito que sabe da identidade não cai em situação paradoxal, mas o sujeito que *não* sabe da identidade cai! O paradoxo PNI continua, mas desta vez somente para agentes cognitivos que não sabem de uma determinada relação pertinente que o *analysandum* mantém com outro conceito, o *analysans*. Assim, o argumento contra esta solução do tipo (RINF) (nota indicando o tipo de solução), a solução da relativização da informação, assume a seguinte forma para o caso do agente que ignora (A):

(1) (RINF)
(2) (A) → ((i) = (ii))
(3) *S* não sabe que (A)
(4) (A)
(5) (ii) é não informativa
(6) (INI)
Portanto,
(7) *S* não sabe que (A) → (i) é informativa (de (1))
(8) (i) é informativa (3, 7, *modus ponens*)
(9) (i) = (ii) (2, 4, *modus ponens*)
(10) (ii) é não informativa → (i) é não informativa (6, 9, *modus ponens*)
(11) (i) é não informativa (5, 10, *modus ponens*)
(12) (i) é informativa e (i) é não informativa (8, 11 *conjunção*)

E temos aqui o paradoxo novamente. Ainda, esta suposta estratégia coloca a distinção entre (i) e (ii) no modo de relacionamento entre um agente cognitivo e o conceito presente na proposição. Trata-se de uma discrepância relativizadora, e isso torna a diferença entre (i) e (ii) pouco significativa, se é que explica alguma diferença entre as duas proposições. Isto não é solução ao paradoxo da análise e sim uma descrição de perspectivas cognitivas diante de certas proposições, a qual leva em conta o *background* que os agentes cognitivos supostamente já têm, constituído de crenças que são conhecimento, ou de crenças que simplesmente estão justificadas (mas obviamente, isto não quer dizer que esta descrição não esteja de acordo com os fatos cognitivos).

5. Qual é a solução correta?

A solução dupla de Ackerman não funciona. A tese de que alguns pares conceituais em relação de análise são idênticos e outros não o são, é insustentável com base nas informações conceituais tidas pela maioria dos agentes cognitivos. Não há boa justificação aqui para a solução (NIA), e vimos que o uso de uma solução do tipo (RINF) conduz novamente ao paradoxo.

A solução ~(SSS) é inconsistente com a própria relação de sinonímia. Esperamos que, ao trocarmos termos sinônimos dentro de sentenças em contextos não oblíquos, estaremos gerando sentenças também sinônimas. A solução (NINF) tira da análise a sua propriedade da informatividade e, portanto, seu interesse epistêmico – o que nos permitiria simplesmente eliminar o conceito de análise de nosso vocabulário filosófico e utilizar o conceito de identidade no seu lugar. Não creio que os filósofos em sua maioria estejam dispostos a abrir mão da condição de informatividade.

Ainda merecem exame detalhado as soluções ~(SVS) e (NIA). É notável, ainda, que a solução ~(SVS) só resolve o paradoxo PI. A solução (NIA) resolveria ambos de uma só vez. Em meu próximo trabalho, quero trabalhar nesta possibilidade, e tentar defender tal tipo de solução aos paradoxos PI e PNI.

REFERÊNCIAS:

ACKERMAN, F. ”Analysis, Language, and Concepts: The Second Paradox of Analysis”. **Philosophical Perspectives - Action Theory and Philosophy of Mind**, 4, pp. 535-543, 1990.

ACKERMAN, F. 'Paradoxes of Analysis' IN DANCY, J. et al. (ed.) **A Companion to Epistemology**, 2 ed., Oxford: Blackwell Publishing, 2011.
BEANEY, M. (2009) ' Analysis', disponível em: http://plato.stanford.edu/entries/analysis/ acessado em 23/03/2010
CHISHOLM, R. M. & POTTER, R. C. "The Paradox of Analysis: A Solution", **Metaphilosophy**, 12 (1), pp. 1-6. 1983.
LANGFORD, C. H. "The Notion of Analysis in Moore's Philosophy" IN SCHILPP, P. A. (ed.) **The Philosophy of G. E. Moore**, Evanston: Northwestern University Press, 1942.
STRAWSON, P. **Analysis and Metaphysics**, New York: Oxford University Press, 1992.